NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 31/03/2015 - Edição 1246

Vigilantes do Poupa Tempo, em São Gonçalo, também param por falta de salários

Contra atrasos no pagamento, vigilantes da Facility cruzam os braços

Vigilantes da empresa de segurança Facility paralisaram as atividades no posto do Poupa Tempo, em São Gonçalo, para exigir o pagamento do salário de fevereiro, tíquetes refeição e vales transportes que estão em atrasos. O SVNIT - Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região coordena a paralisação junto aos trabalhadores. O contratante do serviço é o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT e secretário geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), criticou a postura das empresas na região.

"Os vigilantes não são escravos e a responsabilidade é da empresa e do governo do Estado que não cumprem com as suas obrigações. O Estado tem o dever de pagar as faturas e fiscalizar se as empresas estão pagando os seus colaboradores. Mas, de uma coisa eu tenho certeza, o governador está recebendo o seu salário em dia", disse.

Outra paralisação também acontece na região pelos mesmos motivos. Os vigilantes do IML – Instituto Médico Legal de Niterói e São Gonçalo estão parados há 16 dias com o apoio do Sindicato.

Fonte: Svnit

Sindforte/RN realiza assembleia em Natal e Mossoró

Unidade: vigilantes de transporte de valores de Natal e Mossoró participam de assembleia, fortalecendo a luta da categoria no RN, AL, PE e PB

O Sindicato dos Vigilantes em Transporte de Valores do Rio Grande do Norte (Sindforte-RN) realizou, nos dias 23 e 24 de março, assembleias em Natal e Mossoró para informar sobre o andamento das negociações salariais data base da categoria. Diretores da entidade explicaram a situação atual para garantir total transparência sobre o processo aos associados

Realizadas no Clube de Oficiais da Polícia Militar de Natal e no estádio Leonardo Nogueira (Nogueirão), em Mossoró, as assembleias reuniram mais de 200 pessoas e contaram com a participação do sindicalista Iran Marcolino, representando a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), do vigilante e vereador de Natal, Sandro Pimentel (PSOL), do advogado do Sindicato, Dr. Oderley Rezende, e do ex-diretor do Sindforte-RN, Lindomar Batista.

O momento econômico vivido pelo país esteve em debate como forma de alertar que, em algum momento, os patrões se valerão deste argumento para tentar engessar o andamento das negociações. No momento das explanações a plateia reagiu, uníssona, às possíveis chantagens. "Temos a plena consciência do momento econômico, mas também sabemos que os patrões têm uma margem de lucratividade altíssima, portanto, não vamos ceder à chantagem. Iremos sim, com pulso firme e com a união da categoria somadas ao G4 (AL, PE, PB e RN), avançar em ganhos dignos para nossas famílias e com o impulso que tomou a categoria dentro e fora deste grupo interestadual, essas diretorias lutaram o melhor combate na defesa de todos", garantiu o presidente do Sindforte-RN, Tertuliano Santiago.

Na mesma linha de pensamento, o vereador e vigilante Sandro Pimentel ressaltou a importância da união da categoria neste instante. "Não podemos nos iludir! A intenção dos patrões é cortar os nossos direitos e tentar destruir o G4. Isto porque, com essa união, em caso de enfretamento, não será paralisado apenas um estado e sim todos que formam o bloco, consolidando uma união jamais vista pela classe patronal em data base", alertou Pimentel. Já está definido que, caso não haja consenso nas negociações e um estado decidir parar, os outros param também.

Marcolino ratificou que o movimento sindical não tem fronteiras quanto à luta dos trabalhadores e da importância dessa nova forma de luta, em conjunto com outros estados.

Fonte: CNTV com Sindforte-RN

Terceirização: projeto de Vicentinho propõe igualdade de direitos

Vicentinho: "Com o perfil da legislatura atual a pressão precisará ser ainda maior. Do governo esperamos apoio"

Para o deputado do PT, o PL 4.330 visa a aumentar a exploração da mão de obra e os lucros dos patrões, em detrimento da qualidade de vida e de trabalho

São Paulo – Em contraponto ao PL 4.330, que pode ir a votação na Câmara dos Deputados no próximo dia 7, a CUT defende o PL 1.621/2007, apresentado pelo deputado Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP), que propõe a regulamentação da terceirização desde que haja igualdade de direitos entre terceirizados e efetivos (saúde, ambiente de trabalho, plano de saúde, tíquete-refeição etc) e proíbe a terceirização na atividade-fim.

O projeto do deputado petista também prevê a responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços, que fica obrigada a arcar com os direitos trabalhistas quando a terceirizada deixar de cumprir suas obrigações, como depositar o FGTS e pagar homologações.

Nesta entrevista à RBA, respondida por escrito, o deputado avaliou os riscos da aprovação do PL 4.330/2004 para os trabalhadores.

O deputado tem se posicionado contra a aprovação do PL 4.330. Quais são os principais problemas desse projeto?

O projeto que será votado é um grave retrocesso nas condições de trabalho que estão querendo promover. Ele objetiva, na verdade, aumentar a exploração da mão de obra e os lucros dos patrões, em detrimento da qualidade de vida e de trabalho.

Em vez de resguardar os direitos dos trabalhadores, a proposta foi engendrada para liberalizar ainda mais as relações de trabalho. Por isso mesmo, é rechaçada pela maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), pelo Ministério Público do Trabalho, pelos advogados trabalhistas que, reunidos em recente congresso no Rio de Janeiro, se posicionaram contrários a essa proposta e, por unanimidade, por todas as centrais sindicais.

Quais seriam as principais consequências da aprovação desse projeto para os trabalhadores?

O texto que irá a votação liberaliza a terceirização e quarteirizações para todas as atividades das empresas, incluindo as atividades principais e permanentes. Mantém a responsabilidade subsidiária entre contratantes e contratadas e diz explicitamente que salários, direitos e benefícios serão diferenciados em função do enquadramento sindical.

Assim, prevalece o enquadramento sindical pelo conceito de categoria profissional, quando na verdade todas as categorias serão esfaceladas. A classe trabalhadora será ainda mais fragmentada em sua organização e representação e, com isso, em pouco tempo, seus direitos conquistados após décadas de lutas serão solapados. As negociações coletivas só terão alguma efetividade onde os empresários tiverem interesse e para os segmentos que avaliarem ser necessário.

O Diap observa que nesta legislatura a bancada sindical encolheu e a empresarial aumentou e que existe um grande risco desse projeto ser aprovado, sem a mobilização dos trabalhadores e um posicionamento firme do governo. O que os representantes dos trabalhadores podem fazer para barrar a aprovação desse projeto. Em um ano em que o governo editou MPs polêmicas, como a 664 e 665, o que se pode esperar dele na tramitação dessa matéria?

Tem razão o Diap em sua avaliação. Na legislatura passada, o movimento sindical foi fundamental com suas mobilizações, pressionando os deputados, denunciando em suas bases os seus interesses nocivos à classe trabalhadora. Com efeito, o projeto foi parado. Com o perfil da legislatura atual, a pressão precisará ser ainda maior, pois estamos distantes das próximas eleições federais. Do governo esperamos apoio.

Não se pode ignorar que há uma parcela dos trabalhadores que hoje é terceirizada. O que seria uma regulamentação adequada sobre a terceirização do ponto de vista dos trabalhadores?

Entre outros critérios, os principais são os que estabelecem a igualdade de direitos, a obrigatoriedade de informação prévia, a proibição da terceirização na atividade-fim, a responsabilidade solidária e a penalização das empresas infratoras. Esses são fatores decisivos no combate à precarização.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Aníbal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF